

Sobre a aproximação à qualidade arquitectónica do habitar - Parte II

Infohabitar, Ano VII, n.º 369

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial - Melhor Habitação com Melhor

Arquitectura XVII:

Sobre a aproximação à qualidade arquitectónica do habitar - Parte II

Artigo de António Baptista Coelho

Introdução geral

Nas páginas seguintes apontam-se alguns aspectos que têm sido sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitectónica residencial. Não se trata, assim, da sua respectiva e clarificada estruturação, mas apenas da sua ponderação cuidada, considerando, essencialmente, os anos de prática de análise, que já decorreram desde a sua formulação inicial, realizada num estudo do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, apresentado e discutido numa prova de doutoramento em Arquitectura que teve lugar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1995, e posteriormente editado pela Livraria do LNEC (Fig. 01).

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias num estudo editado pela livraria do LNEC - intitulado "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - n.º 8 da colecção Informação Técnica Arquitectura, ITA 8 - que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat

humano.

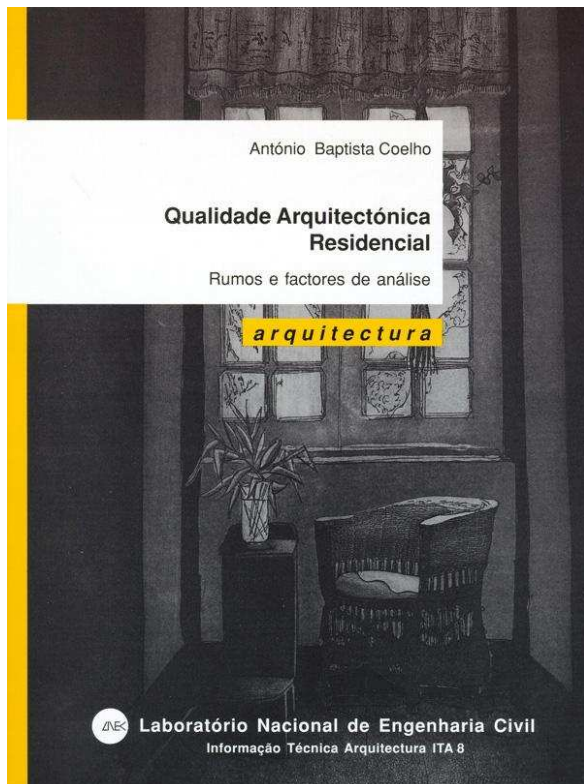


Fig. 01: capa da edição do LNEC " Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, Referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se faz, em seguida, e que se tem feito nesta série editorial às matérias da qualidade arquitectónica residencial e urbana, corresponde ao revisitar do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma, mais pessoal, mais marcada pela prática e razoavelmente distinta, relativamente a essa primeira abordagem.

Em complemento a esta abordagem qualitativa da arquitectura residencial, o autor desenvolveu uma abordagem dos diversos níveis físicos do habitat e as suas relações mais importantes: envolvente da área residencial, vizinhança alargada, vizinhança próxima, edifício residencial, habitação e espaços e compartimentos habitacionais. Esta abordagem foi editada pela Livraria do LNEC no livro "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2 (fig. 02)

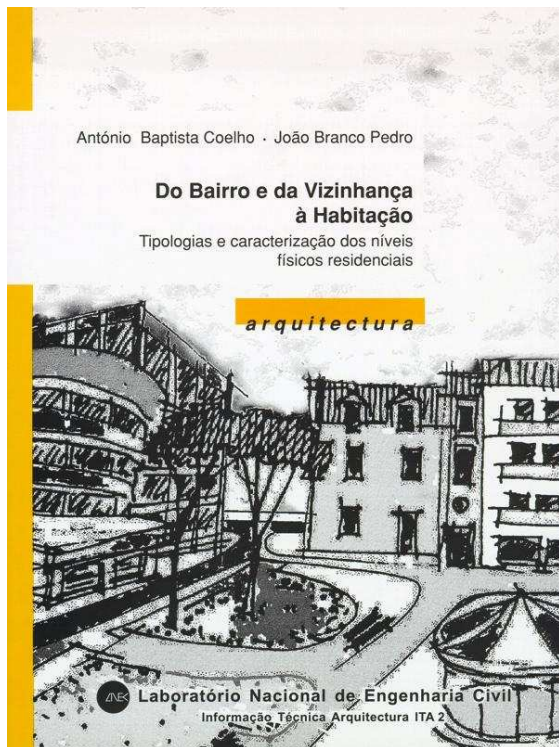


Fig. 02: capa da edição do LNEC "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=53085.php

Habitação e Arquitectura XVII:

Sobre a aproximação à qualidade arquitectónica do habitar - Parte II

Índice (a bold os itens que integram a presente edição, Parte II)

1. Equilíbrios e desequilíbrios entre quantidades e qualidades no habitar
2. A Análise Retrospectiva Habitacional desenvolvida no NAU do LNEC
3. O habitar humanizado como um serviço diversificado na cidade
4. **A habitação que falta, onde falta: densificar, mas com cuidado**
5. **Espaços públicos e vizinhanças amigáveis, um desígnio fundamental**
6. **Urgentes caminhos qualitativos nas tipologias residenciais**
7. **Comentários finais: da objectividade à humanização no habitar**
8. **Notas de conclusão**

4. A habitação que falta, onde falta: densificar, mas com cuidado

Ao falarmos de como fazer melhor o habitar estamos, naturalmente, a falar de como fazer o habitar que ainda está em falta, mas também de como refazer melhor o habitar que foi mal concebido e executado e de como fazer melhor o habitar de que a cidade de hoje precisa nos seus interstícios e nas suas zonas desvitalizadas e mesmo, por vezes, comatosas; isto para que uma outra cidade mais viva e bem caracterizada possa ganhar forças e imagens que atraíam.

E não é pouco importante esta diversificada necessidade de espaços habitacionais numa perspectiva de positivo preenchimento e de regeneração dos espaços urbanos e mesmo numa perspectiva de construir no construído, porque em tais contextos, potencialmente tão ricos como diversificados e complexos, salientam-se exactamente as matérias menos objectivas do habitar como elementos por vezes fulcrais na concepção e na intervenção, e por vezes as matérias mais objectivas devem mesmo subordinar-se a determinados aspectos de integração e de consistência cultural; assunto este que merece desenvolvimento específico.

Mas mesmo considerando a questão da habitação que falta numa perspectiva quantitativa importa ter em conta o constante crescimento da necessidade, quantitativa e qualitativa, de mais habitação, associada:

- (i) à contínua desagregação da grande família tradicional;
- (ii) ao aumento da esperança de vida;
- (iii) ao desenvolvimento do trabalho em casa;
- (iv) ao desenvolvimento das actividades domésticas ligadas ao lazer;
- (v) à “necessidade” que parece haver de cada vez mais (e/ou melhor) espaço doméstico (tema que merecerá cuidadoso desenvolvimento);
- (vi) às carências, ainda existentes, em termos de espaços de habitar mais adequados a modos de vida específicos e ao evidente despontar de um crescente desejo por habitar de formas mais específicas, diversificadas e ligadas a determinados modos e desejos habitacionais - numa linha de desenvolvimento que é muito alimentada pela comunicação social;
- (vii) à circunstância de se contabilizarem como habitações disponíveis grandes números de habitações sazonais, eventuais e muitas outras velhas habitações longe dos centros urbanos, carentes de uma reabilitação profunda e muitas delas localizadas em núcleos urbanos desvitalizados;

(viii) às necessidades de habitações nas grandes zonas urbanas que continuam em crescimento (e o nosso é o século das cidades);
(ix) às graves carências habitacionais que ainda persistem em grupos sociais desfavorecidos e precariamente alojados em edifícios sem condições e em fogos sobreocupados;
(x) ao renascer de problemas graves de carência habitacional por parte de pessoas e famílias com meios financeiros muito reduzidos ou quase inexistentes;
(xi) e finalmente à cíclica e próxima necessidade de substituição de um parque habitacional sem viabilidade de reabilitação e sem interesse cultural que justifique essa mesma reabilitação e até de um parque habitacional que, embora recente, não tem um mínimo de condições de durabilidade e/ou de atractividade e e/ou de coesão urbana.

E este aumento da necessidade de mais/melhor habitação/habitar, que irá continuar e provavelmente agudizar-se nos próximos decénios, embora dirigido a uma necessidade de mais habitação, tipológica e funcionalmente diversificada e amplamente qualificada - tal como temos vindo a defender neste texto - é uma condição que irá (re)centrar muitos interesses e muitas preocupações numa cidade, que para viver, realmente, tem de ser habitada e para ser habitada tem de ser humana, motivadora e protectora.

E tudo isto se liga à possibilidade dos habitantes entenderem e/ou serem devidamente informados que, gastando o mesmo ou até menos, poderiam viver/habitar com muito mais qualidade e que esta possibilidade se iria traduzir numa sua vida diária muito mais agradável e estimulante; uma matéria informativa que deveria ser tratada em termos de serviço público, numa perspectiva de que mais do que o direito à habitação, há que desenvolver o direito à boa habitação e ao bom habitar a "casa", a vizinhança e a cidade.

De certa forma teremos de fazer a habitação que falta na cidade e não mais em periferias sem vida e carácter, e a própria cidade de hoje precisa dessa habitação "suplementar" para reganhar uma vida e uma coesão perdidas nos últimos decénios. É muito interessante referir que todas essas prementes necessidades habitacionais se referem a "grandes nichos" de procura cuja caracterização está em boa parte por fazer e que pouco se revêem nos programas habitacionais para o famoso e objectivo "consumidor médio" (que, muitas vezes, até parece que não existe).

Muitas destas linhas de acção confluem, com alguma naturalidade, em intervenções estrategicamente densificadas, matéria que se julga ser ela própria digna de adequado aprofundamento e que se liga igualmente a este “confronto” amigável entre a importância do que é mais e menos objectivo em termos de intervenção habitacional, pois densificar estrategicamente e diversificadamente ajuda a sair da regra uniformizadora que diz que boas partes das cidades devem ser funcionalmente semelhantes e formalmente uniformizadas.

Sobre esta matéria da densificação estratégica recomenda-se a consulta de um recente livro de Javier Mozas e Aurora Fernández Per (“Nueva vivienda colectiva - densidad”, 2004) no qual os autores chegam a um conjunto de conclusões que são, aqui, apenas muito sumariamente sintetizadas e comentadas:

- a tendência para se reduzir a ocupação dispersa do território, densificando-se, sim, de modo a consumir solo de uma forma criteriosa e associada a preocupações ecológicas;
- a tendência de grande inovação tipológica, privilegiando-se um verdadeiro trabalho com as tipologias, também numa resposta directa à multiplicidade e ao grande número de necessidades e de desejos de habitar a casa, o edifício e a cidade
- a ideia que mais altura não leva, obrigatoriamente, a mais densidade, que é possível fazer cidade coesa, densa e sem edifícios altos e que, afinal, são possíveis muitas misturas que resultam em excelentes soluções quando baseadas em bons projectos gerais e de pormenor;
- a ideia que a opção por determinados tipos de espaços públicos carece de muito mais do que de uma simples multiplicação de m²/habitante, pensando-se em termos humanos e de convívio, ambientais, económicos e de gestão;
- a consideração da cada vez maior diversificação de actividades ligadas ao funcionamento da cidade, grande parte delas até não exigindo condições funcionais especiais;
- e a consideração da estratégia de densificação, seja numa perspectiva de vitalização pontual de zonas pouco coesas, seja na perspectiva de “fazer respirar”, equipar e fazer habitar estrategicamente zonas centrais muito concentradas.



Fig. 03

5. Espaços públicos e vizinhanças amigáveis, um desígnio fundamental

Centrando-nos, agora, embora apenas estrategicamente, na importância do bem habitar a cidade e a vizinhança salienta-se que se continua a notar, de forma crítica, nos espaços públicos uma expressiva carência ao nível da sua essencial qualificação, desde o projecto urbano e paisagístico a uma adequada execução e equipamento, visando a sua durabilidade e o estímulo a uma ampla diversidade de actividades exteriores, numa perspectiva de aliança entre cidade viva e vizinhanças residenciais bem integradas e agradavelmente sossegadas.

E o que importa salientar é que, hoje em dia, não parece haver ainda um conhecimento verdadeiramente adequado, porque bem divulgado, e até, por vezes, indevidamente sedimentado sobre como fazer, por exemplo, uma praça

ou rua residencial, verdadeiramente amigável e apropriável.

E aqui se sublinha que os conhecimentos continuam a estar, a este nível, mais dirigidos e mal dirigidos, designadamente, para os aspectos funcionais do tráfego de veículos. Estamos agora apenas a começar a ultrapassar a medo uma tal estrita e fictícia funcionalidade numa perspectiva de simples defesa da segurança pedonal, falta-nos todo um caminho de humanização de conteúdos funcionais e de imagens; e é neste caminho que se encontrarão muitas das virtualidades em termos de novas ou renovadas soluções tipológicas aqui numa perspectiva urbana.

Embora haja aspectos fundamentais quantitativos a considerar na previsão dos equipamentos - ex., distâncias desejáveis para crianças até 9 anos, 100/200 m, vigilância natural a partir das habitações só é eficiente em grupos de 20/30 alojamentos e na contiguidade de zonas pedonais muito usadas - nesta matéria é interessante considerar que mesmo numa perspectiva de previsão de acessibilidades e de raios de influência há diferenças “abissais” de qualidade arquitectónica e de satisfação dos habitantes entre soluções de vizinhanças residenciais que respeitam os mesmos aspectos regulamentares e recomendativos. Uma situação que só será alterada com um desenvolvimento muito sensível, aprofundado, qualitativo e intimamente relacionado com a prática do respectivo enquadramento.

Afinal áreas de jogos atraentes evitam que as crianças usem espaços viários para brincar; as crianças estão sentadas com frequência e são atraídas pelas escadas; há que servir os gostos das crianças e não um objectivo de decoração espacial e as zonas de circulação pedonal devem considerar o recreio livre das crianças usando variados tipos de elementos. E todas estes exemplos de constatações são basicamente qualitativos.

E tudo isto até levanta a questão objectiva de para quem se fazem conjuntos residenciais e com que objectivos fundamentais? E nestas matérias não devia haver quaisquer dúvidas, pois há que proteger ao máximo e incentivar ao máximo o uso do exterior público por crianças e por idosos, seja porque isso é fundamental para esses usos e designadamente para a formação da criança e para o lazer diário do idoso, mas também porque são eles os habitantes que mais vitalizam o exterior público; e será que as funcionalidades previstas são as funcionalidades de que os idosos e as crianças realmente precisam?

Ainda outro aspecto eminentemente qualitativo e crucial nesta escala da vizinhança é a questão da presença do verde urbano, e aqui não devemos ter quaisquer tipos de dúvidas nem resvalar para qualquer tipo de desculpa, até, porventura, formal: a cidade e a vida na cidade e o habitar na cidade precisam de um verde urbano efectivo e afectivo, portanto intenso e apropriável, pois tratamos aqui de uma matéria cuja importância dita funcional, em termos de amenização e de conforto ambiental e cuja importância para a saúde física e psíquica do habitante não merecem discussão; e atente-se que nem se referiu a importância em termos visuais e estéticos, aliás uma importância que está na própria razão de ser do jardim urbano.

Há ainda que considerar que tipos de equipamentos são os mais desejados e os mais eficazes nas vizinhanças? Equipamentos conviviais, como pequenos cafés, ou equipamentos funcionais como lojas de comércio diário, ou outro tipo de equipamentos? Esta é, novamente, um matéria expressivamente qualitativa, pois uma opção é programar metros quadrados de equipamentos de apoio diário ou ocasional, e outra será privilegiar equipamentos que, pelas suas condições de localização, configuração, imagem e funcionamento, possam constituir verdadeiros pólos de convívio natural e, simultaneamente, de dinamização do uso do exterior público; não se indica aqui que não são necessários equipamentos de apoio “diário e ocasional”, de que nos lembramos dos velhos “planeamentos” dos anos setenta do Século XX, só que não deve ser possível fazer mais frentes de equipamentos vazias e tendencialmente deterioradas e é, de facto, especialmente importante prever os “terceiros espaços” conviviais dispostos entre a casa e a rua pública, pois são eles que fazem muita da vivência da cidade.

Quanto à estruturação do edifício é muito grande o leque de serviços e de actividades que são difíceis, caras ou mesmo quase impossíveis de proporcionar exclusivamente a cada fogo; há aqui, assim, um grande potencial de adequação e, mais uma vez, se evidencia que um tal leque de soluções fica muito deficientemente representado numa perspectiva quantitativa, pois a dimensão, o carácter e o equipamento dos espaços comuns variará consoante os objectivos de cada solução.



Fig. 04

6. Urgentes caminhos qualitativos nas tipologias residenciais

Num caminho de desenvolvimento qualitativo dos conjuntos residenciais não há tipologias a descartar, há, sim, tipologias mais, ou menos, adequadas, e há um riquíssimo campo para o aprofundamento da qualidade do projecto arquitectónico, num repensar de funcionalidades domésticas e de relacionamentos urbanos e num judicioso “construir no construído”, ligado à regeneração de espaços urbanos e edificados. Pode dizer-se que muito de tudo isto tem a ver com um jogo de agregação tipológica com sentido amplo, que privilegia o microurbanismo e a flexibilidade na conjugação entre células habitacionais - inovação esta muito ligada aos possíveis serviços comuns -, elas próprias também potencialmente muito diversificadas, adaptáveis e mutantes.

Importa salientar que, cada vez mais, há diversos modos de vida e que, como

resposta, tem de haver, cada vez mais, uma maior diversidade de oferta tipológica residencial; opção esta que constitui, sublinha-se, um específico e importante factor de sustentabilidade no habitar da casa e da cidade. E é de grande importância esta disponibilização de formas diversas de habitar a casa e a cidade, afastando-se o fantasma do modelo único de habitar - o tal omnipresente em muitas operações residenciais marcadas pela quantidade - e desenvolvendo-se tipologias que prolonguem o exterior público, mas também o exterior caracterizadamente comum e potencialmente convivial e mesmo o exterior privativo.

Nesta matéria das tipologias habitacionais as lições de arquitectura de Hertzberger (Herman Hertzberger, “Lições de Arquitectura”) são fundamentais, pois ele traça uma linha de concepção dos espaços residenciais extremamente ligada à pormenorização coerente e fundamentada da casa, do edifício e da rua/zona de proximidade, privilegiando a humanização do habitar e sublinhando aspectos verdadeiramente “construtores” de tipologias e de variações tipológicas residenciais. Há aqui, portanto, todo um amplo léxico de “pequenos” elementos de composição do habitar que podem ser os verdadeiros protagonistas da composição de variadíssimas tipologias de habitar, como se dos fogos e de uma sua aturada pormenorização passássemos, por exemplo, para a rua, a praça, o pequeno quarteirão, sem uma nota de importância especial para o edifício.

Quanto ao nível do espaço doméstico o campo da adaptabilidade passiva e activa oferece desde uma flexibilidade quase total de compartimentação ao desenvolvimento de fogos apropriados a determinados grupos de habitantes particularizados e mesmo a soluções profundamente marcadas pelos mundos pessoais de cada um de nós. E não é possível deixar aqui de referir que esta matéria é mais uma daquelas em que a menor objectividade não é problema, antes pelo contrário.

Fica, assim, para já, apenas apontada a enorme riqueza de um tão amplo e diversificado leque de soluções em termos de potencial de adequação a uma grande diversidade de modos e desejos de vida residencial e urbana, assim como de potencial funcional e formal em termos de desenho de arquitectura urbana e, como é evidente, tudo isto tem pouco a ver com a “quantificação” do habitar e da sua transformação em mais um produto de consumo, mas sim com projectos feitos especificamente para determinadas famílias e pessoas em determinados locais de determinadas cidades; e que ninguém se refugie na dificuldade do

projecto, pois longe está o tempo das grandes folhas de vegetal trabalhosa e manualmente desenhadas, traço a traço, a tinta-da-china, e que, depois, eram muito difíceis de emendar, alterar, quanto mais darem origem a novas versões parcialmente alteradas e readequadas; hoje é possível, naturalmente também com muito trabalho, produzir soluções-base domésticas capazes de gerarem, com alguma facilidade de desenho informatizado, uma grande variedade de soluções variantes e dimensional e funcionalmente compatibilizadas entre si - portanto há que aproveitar tais capacidades de concepção.

Concluindo esta matéria é possível afirmar que há que pensar muito menos em tipos de edifícios e muito mais em tipos de fogos muito diversos, tipos de agregações de fogos muito diversos e mesmo tipos de vizinhanças vivas e citadinas também muito diversas; um pensamento mais “elementar” e, novamente, mais qualitativo, pois reduzem-se as “muletas” da tipificação edificada e fica o que realmente interessa: o mundo privado, o mundo de vizinhança e o mundo urbano.

Mas a tenção a dois aspectos: que essas diversidades não sejam consideradas e tomadas como qualidades próprias, pois ser “diverso” e, por vezes, “inovador”, não é nem nunca será sinónimo de qualidade, quando tal diversidade e eventual inovação não for devida e consistentemente fundamentada, em termos físicos, funcionais, económicos, sociais, humanos e culturais.

O mundo tipológico é enorme e muito rico e a ele voltaremos noutros estudos, mas ainda a propósito deste assunto não posso deixar de apontar, desde já, que é, por exemplo, bem interessante poder visitar habitações muito racionalizadas e espacialmente contidas, por exemplo, com condições mínimas nos espaços comuns de circulação e zonas domésticas muito racionalizadas, mas onde nos espaços comuns é possível olhar, com pormenor, o pequeno jardim de vizinhança, onde na sala há lugar para um recanto de trabalho, onde na cozinha há sítio agradável para uma pequena mesa e cadeiras, e onde foi possível criar uma pequena varanda multifuncional.

De certa forma o que parece interessar e que aqui se propõe é considerar na oferta tipológica residencial e urbana muito mais dos que o que está dentro das “quatro paredes” de cada fogo, disponibilizando condições domésticas espacialmente contidas, mas plenamente agradáveis, e ligando, sempre que possível, à vizinhança envolvente e até, pontualmente, à cidade.

De certa forma o que devemos fazer são conjuntos habitacionais em que cada fogo tenha uma “única” identidade, mas que continue agradavelmente anónimo, tais como verdadeiros “lugares escolhidos para aí se viver, residências invisíveis que construímos para nós à margem do tempo (tal como escreveu Marguerite Yourcenar nas suas “Memória de Adriano). (2)



Fig. 05

7. Comentários finais: da objectividade à humanização no habitar

Neste novo século assistimos a uma gradual reorientação das exigências habitacionais e urbanas de uma perspectiva predominantemente quantitativa, frequentemente, de má memória, para uma nova perspectiva que tem especial atenção aos aspectos globais de qualidade de vida, às múltiplas exigências de ordem funcional, ambiental e cívica e às fundamentais exigências de uma

sistemática constituição de um meio urbano e residencial marcado por um desenho arquitectónico coerente e muito positivamente qualificado em termos culturais e humanizadores.

No entanto, quando se desenvolvem análises técnicas de arquitectura habitacional há ainda uma tendência natural para dar grande importância aos aspectos considerados mais objectivos e menos associáveis à temática da forma arquitectónica, enquanto os aspectos ligados ao desenho, à capacidade de atracção, ao conteúdo emocional e até simbólico, bem como às diversas opções de integração e de apoio a distintos modos de viver a casa e a cidade, que são possíveis numa obra residencial, são, ainda, frequentemente menosprezados.

É, portanto, necessário, identificar caminhos de saída deste conhecido impasse, replicando, de certa forma, o leque/crivo qualitativo que naturalmente já se aplica à concepção de edifícios unifamiliares às restantes tipologias, tendo-se bem presente que não é por se tratar de uma solução de um conjunto de habitações, que ela não deve merecer o mesmo cuidado que dirigimos para a casa para uma família - mais uma daquelas reflexões óbvias mas essenciais.

Em termos globais trata-se visar a concepção multifamiliar e do habitar para o grande número harmonizando-se a qualidade da concepção arquitectónica, com a qualidade física e funcional do espaço habitacional e com a qualidade da imagem urbana e residencial proporcionada, considerando-se essenciais aspectos de identidade, adaptabilidade, satisfação e mais-valia cultural. E note-se que todas estas opções servem, de forma óptima, o caminho que é hoje essencial de desenvolvimento de pequenas intervenções (micro)urbanas e residenciais bem integradas na cidade existente, servindo-se, simultânea e estrategicamente, outros cruciais objectivos de preenchimento, de aliança com acções de reabilitação do quadro citadino e paisagístico preexistente, e de revitalização e reforço da urbanidade.

E mesmo em quadros sociopolíticos, distintos da actual realidade portuguesa, e ainda marcados por graves carências residenciais expressivamente quantitativas há que aproveitar todos estes ensinamentos e aplicar a já velha ideia do pensar grande - em termos de quadros recomendativos e exigenciais estritos - e fazer "o habitar" em pequenas "doses", bem integradas e bem controláveis em termos de resultados sociourbanísticos, de satisfação residencial e de contributo positivo para uma melhor paisagem urbana e global.

E lembremos, por fim, uma recente e magistral afirmação de Benevolo e Albretch: «... os desafios a enfrentar no mundo de hoje não dizem apenas respeito às quantidades e aos números, mas também, - e sobretudo - à complexidade e à subtilidade. Só o leque completo dos resultados em que a excelência qualitativa aflora das maneiras mais diversas e imprevistas, dá uma ideia justa dos recursos da mente humana...» (3)

E como nota complementar não faria sentido deixar de referir aqui os últimos estudos do LNEC sobre as amplas matérias da humanização do habitar, que se apontam em seguida:

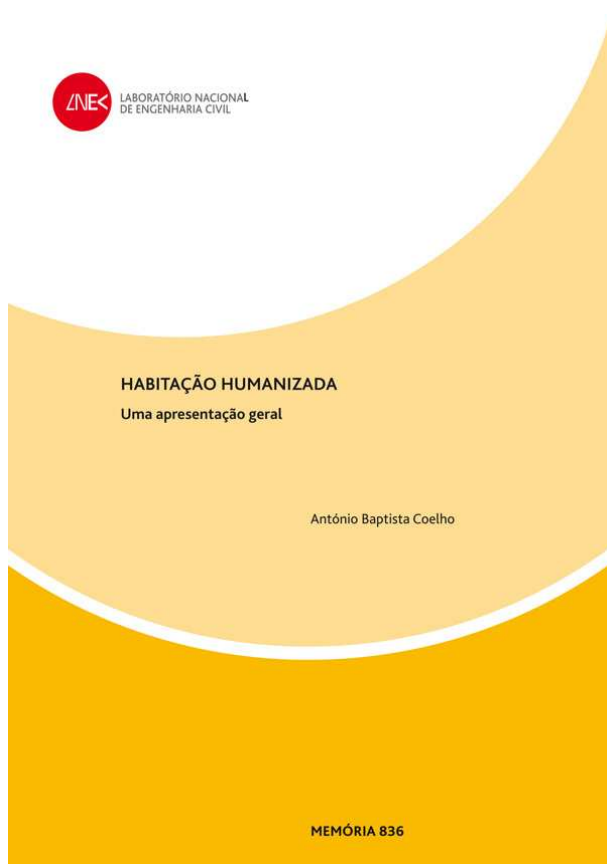


Fig. 06

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=229658.php

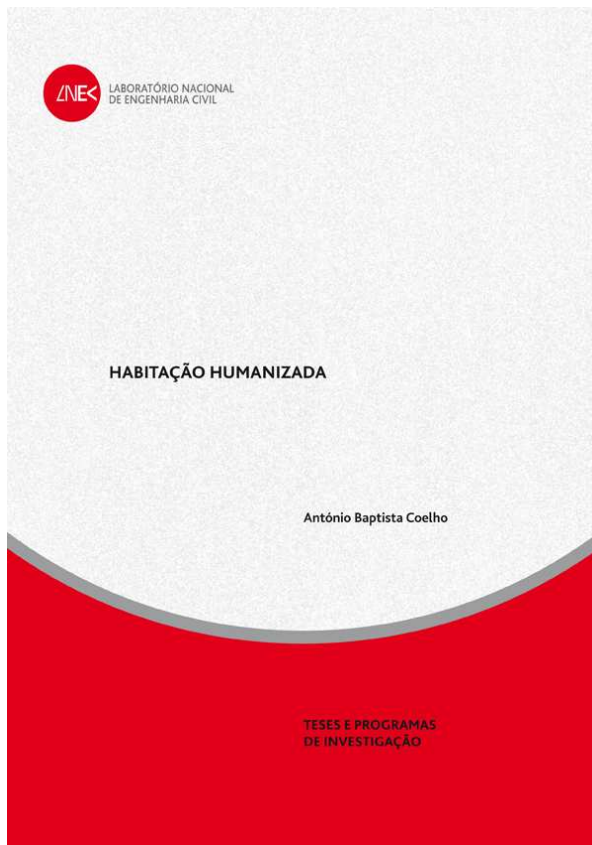


Fig. 07

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=229758.php

8. Notas de conclusão à aproximação à qualidade arquitectónica residencial

A área de estudo da qualidade arquitectónica residencial é vasta, pois o âmbito do habitat cada vez menos se deve limitar, porque vivemos na conhecida "aldeia global", e há cada vez menos barreiras entre o habitar da habitação, o habitar dos espaços de trabalho, o habitar dos transportes e o próprio habitar dos espaços públicos em termos práticos e de lazer.

E a área de estudo da qualidade arquitectónica residencial é pouco materializável, porque boa parte das qualidades arquitectónicas residenciais dos níveis físicos do habitat são pouco palpáveis, circunscritas e mensuráveis, mas, no entanto, "existem" (ex., limiares de transição, ligação e demarcação entre níveis físicos), sendo fundamentais na nossa fruição residencial; e nesta última problemática importa salientar que não só uma parte da qualificação

arquitectónica residencial é, naturalmente, pouco objectiva e quantificável (ex., a apropriação, a capacidade e as facetas de atracção, etc.), pois mesmo boa parte dos aspectos mais concretizáveis em termos quantitativos e dimensionais específicos (ex. a acessibilidade, a espaciosidade e o conforto ambiental), dependem de uma importante caracterização qualitativa, que os marca e os envolve, produzindo-se inúmeras situações em que, por exemplo, uma acessibilidade pouco funcional a um dado edifício é considerada muito adequada, em que uma espaciosidade doméstica mínima é qualificada como positivamente envolvente e estimulante, e em que situações de temperatura relativamente baixa ou elevada são sentidas de forma diversa, por várias pessoas e em diversos contextos.



Fig. 08

De certa forma podemos considerar que não basta haver qualidade arquitectónica residencial, ela tem de ser adequadamente caracterizada, visualizada e estimulante, um pouco como refere Witold Rybczynski, quando aponta que a qualidade da «... domesticidade tem a ver com a família, a intimidade e uma consagração ao lar, assim como uma sensação de que a casa incorpora esses sentimentos e não lhes dá apenas abrigo ...» (Witold Rybczynski, "La Casa Historia de Una Idea", p. 84).

E daqui poderíamos generalizar que o habitat humano tem de ter uma dimensão qualitativa intimamente associada à dimensão quantitativa, e que, devido a uma frequente reduzida ou mesmo nula percepção desta dualidade qualitativa no habitar, há que desenvolver processos demonstrativos e exemplificativos desta realidade e há que prover a que ela se verifique, por regra, quando se faz e refaz o habitar, salientando-se que fazer bem nesta dupla dimensão é até muito provavelmente mais barato do que continuar a fazer sítios de habitar qualitativamente deficientes, pois o fazer bem, em termos globais, implica também fazer-se bem construtivamente e em termos de um adequado processo de promoção, assim como implica fazer-se bem a médio e longo prazo, conjugando-se o habitar com a respectiva gestão e visando-se sempre a satisfação de quem habita e o desenvolvimento de uma cidade com mais valia cultural.

Naturalmente, esta completa e exigente perspectiva qualitativa obriga a projectos de Arquitectura muito positivos e obriga a sociedade a exigir esse nível elevado de concepção e a municiar-se para o poder garantir.

É esta uma ideia que se pretende generalizar na abordagem qualitativa que foi realizada neste estudo, na sequência do trabalho já feito há alguns anos. Não basta isolarem-se e detectarem-se qualidades e níveis, é essencial que tais atributos qualitativos e tipológicos incorporem o meio residencial numa perspectiva inteiramente integrada e natural, sendo desta condição que resultam núcleos habitacionais realmente acolhedores e motivadores. O que menos importa é se tal conjunto terá 1/15 avos de cada tipo de qualificação aqui desenvolvida, pois pode até ter, por exemplo, uma excepcional qualificação pontual num deles, aplicando-se os outros como que em torno deste motivo “polarizador” de qualidade residencial.

Esta temática remete-nos, exactamente, para uma outra futura linha de pesquisa, que poderá associar a continuidade do aprofundamento da importância e natureza específicas de cada um dos rumos qualitativos aqui indicados, com uma busca dos seus “novelos” relacionais, ou motivos centrais de aplicação, e/ou níveis físicos de aplicabilidade preponderante ou privilegiada. Linha esta que foi já iniciada e que deverá trilhar caminhos articulados, por um lado com as intenções expressas, subjacentes e estruturantes em projectos e exemplos práticos qualificados, por outro lado com a cuidadosa ponderação dos mecanismos e das tendências da satisfação residencial - acessíveis nas chamadas “análises de pós-ocupação” -, e, naturalmente, ainda por outro lado, com as

aproximações que determinados tipos de meios, certos interlocutores privilegiados e muitos autores desde sempre têm feito a estas temáticas.

De certa forma é, em boa parte, de uma falta de diálogo com os habitantes, relativamente, àquilo em que eles são os verdadeiros especialistas, o seu habitar, que decorrem graves inadequações entre necessidades e desejos dos habitantes e intervenções no habitar e designadamente nos espaços públicos. E nesta matéria Michel Sablet já em 1991 apontava os principais problemas criados por intervenções exteriores mal concebidas, (4), concluindo este autor que uma adequada intervenção no espaço público, embora não seja um factor que tudo resolve, é um aspecto muito importante na luta contra a «... *insidiosa, pouco definida e impalpável desagregação das cidades modernas.*»

Entre espaço público e habitação balança o coração dos habitantes, que privilegiam este seu mundo privado, escapando-lhes a igual importância daquele mundo público, que, afinal, propicia ou inibe, e estimula naturalmente ou obriga a um uso quase obrigatório dos espaços domésticos - e quando um uso é quase obrigatório estamos próximos de se gerarem tensões desagradáveis e círculos viciosos de abandono, mau uso e isolamento doméstico; mas esta é mais uma matéria que terá de ficar para outras páginas.

Em tudo isto há sempre que salientar a importância de não se voltarem a cometer, periodicamente, os mesmos erros e para isso é fundamental começar a estabelecer um consenso ou consensos básicos sobre determinados aspectos habitacionais fundamentais (mais qualitativos ou mais físicos); um pouco como fazem os médicos acerca de determinados tratamentos que parecem ser, numa dada época e em determinados contextos, os mais indicados para certas doenças; importa realmente estudar e falar sobre o que se estuda.. e rever periódica e objectivamente os resultados desses estudos.

E a liberdade de concepção apenas aparentemente pode sofrer com um aprofundamento disciplinar deste tipo. Basta olhar a cidade para se começar a perceber a riqueza que reside em todas as constelações de pormenores e soluções habitacionais encontradas e aperfeiçoadas ao longo dos tempos. É uma riqueza imensa e praticamente inesgotável cuja banalidade, muitas vezes apenas aparente, é um dos seus principais trunfos de integração e perenidade.

De certo modo, pretendeu-se desenvolver como que uma estrutura fundamental

de leitura e análise arquitectónica residencial, propondo-se um esquema coerente, simplificado e eventualmente adaptável a vários tipos de análise.

Notas bibliográficas:

(2) Marguerite Yourcenar “Apontamentos sobre as Memórias de Adriano”, Lisboa, Ulisseia, col. Clássicos da Literatura Contemporânea, trad. Maria Lamas, 2002 (1974), p. 244.

(3) Leonardo Benevolo e Benno Albretch, “As Origens da Arquitectura”, 2002, p.10 e 13.

(4) Michel de Sablet, “Des espaces urbains agréables à vivre - places, rues, squares et jardins“, 1991.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 369, de 13 Novembro de 2011

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [architecture housing quality](#), [qualidade arquitectónica](#), [qualidade arquitectónica e satisfação residencial](#), [qualité du logement](#)